

REVISITANDO O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA CAPITALISTA

Nilton Marques de Oliveira¹
Udo Strassburg²

*Sessões de Comunicações – Área: Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo –
Subárea: Estado e economia capitalista*

Resumo: Este trabalho objetiva-se revisar o papel do Estado na economia. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre a evolução histórica da função do Estado no domínio econômico, passando pelas definições dadas a ele pelas teorias econômicas, até se chegar ao Estado e sua atuação na economia capitalista neoliberal. Pode-se concluir que grande têm sido os debates de teóricos neoliberais em favor de um Estado que interfira minimamente em vários setores, dentre eles, o econômico do país. Todavia, quando se observa na prática, constata-se que os países mais desenvolvidos economicamente são os que possuem um Estado forte que regula a economia em sua ampla esfera. O discurso dos neoliberais é manter um Estado mínimo no campo econômico, mas o que se vê na prática é um estado presente e atuante nos mais diversos segmentos da economia.

Palavras-Chave: Estado; Economia Capitalista; Liberalismo Econômico; Sociedade.

REVISITING THE ROLE OF THE STATE IN CAPITALIST ECONOMY

Abstract: This paper aims to review the role of the state in the economy. The methodology used was the literature review on the historical evolution of the role of the state in the economic domain, through the definitions given to it by economic theories, until they get to the state and its role in neoliberal capitalist economy. It can be concluded that great have been discussions of neoliberal theorists in favor of a state that interferes minimally in various sectors, among them the country's economic. However, when it is observed in practice, it appears that the most economically developed countries are those with a strong state that regulates the economy in its broad sphere. The discourse of neoliberal is to maintain a minimum State in the economic field, but what we see in practice is a state present and active in various segments of the economy.

Keywords: State, Capitalist Economy, Economic Liberalism; Society.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo rediscutir o papel Estado capitalista na economia, buscando entender particularmente suas influências e implicações nesse campo. O Estado nas economias capitalista manifesta-se em várias esferas da vida econômica de um país, desde o consumo e investimentos públicos, produção estatal, redistribuição de renda, autoridade monetária, segurança pública e manutenção da ordem existente, dentre várias outras implicações.

Para que ocorra o desenvolvimento econômico faz-se necessário que o Estado, como instituição maior dentro da sociedade, seja suficientemente capaz, por meio da legitimidade e capacidade em estabelecer políticas, tributar e criar leis. Mas, para que um Estado seja verdadeiramente forte, é imperativo que mantenha estável sua ordem jurídica, além de dotada de legalidade, ou seja, tenha o respaldo da Nação. Daí, a importância em se estudar as formas como o Estado realiza essas ingerências, e quais os reflexos delas para uma nação. A principal ação estatal na economia como um todo, ocorre com base na regulação, com o objetivo de combater as desigualdades e desequilíbrios, criados pelos mecanismos de mercado, tal interferência busca

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Toledo, PR. Mestre em Economia Aplicada (UFV), Professor do Curso de Economia da UFT/ Palmas – TO. Pesquisador dos Grupos de Estudos em Economia Aplicada e Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Estado, Educação e Sociedade (GEIPEES) da UFT. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br; niltonmarques@yahoo.com.br

² Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Toledo, PR. Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica (FECAP- SP), Professor do Curso de Ciências Contábeis da UNIOESTE/ Cascavel – PR. Pesquisador do Grupo de Estudos em Contabilidade e Controladoria. E-mail: udo.strassburg@unioeste.br

harmonizar esse campo conforme objetiva atingir uma maior equidade, eficiência e estabilidade econômica. Todavia, é importante salientar que nem sempre tais intervenções são eficazes, findando, em alguns casos, a criar sérios problemas, como: aumento de dívidas públicas, geração de déficit orçamental, dentre outros. Neste contexto, pergunta-se: qual o verdadeiro papel do Estado na Economia?

A metodologia adotada neste trabalho foi do tipo descritivo e documental com revisão bibliográfica, tendo como princípios fundamentais o conceito, a evolução e as diversas fases teóricas que buscaram compreender e explicar a verdadeira função do Estado no campo econômico, baseados em análises e estudos de diversos pensadores e idealizadores da Escola Clássica.

Isto posto, este artigo divide-se em cinco partes, além desta introdução. Na segunda parte será apresentada uma discussão embasada em economistas clássicos. Na terceira será discutido resumidamente o pensamento Keynesiano. Na quarta, a ênfase recai sobre a condição do Estado na economia capitalista neoliberal, e por fim, as considerações finais.

2. O Papel do Estado na Economia Clássica

O objetivo desta seção consiste em investigar a posição do Estado no âmbito da economia política. Tal proposição justifica-se pelo fato de que a intervenção do Estado na economia é uma discussão que se fez sempre na história do desenvolvimento do capitalismo e, ao longo do tempo, tal discussão teve no campo teórico seus defensores e opositores que, sob os mais diversos argumentos, justificam suas posições com relação ao tema. Desta forma, a análise será feita considerando o pensamento de Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill.

A principal característica da Escola Clássica tem por base o liberalismo econômico que prega o fim da intervenção do Estado na produção e na distribuição das riquezas, o fim das medidas protecionistas e dos monopólios e defende a livre concorrência entre as empresas e a abertura dos portos entre os países. Ressalta que, o principal argumento clássico para negar a necessidade de atuação do Estado como controlador da economia, consiste na concepção de que essa possui mecanismos que autorregulam seu funcionamento. Essa visão somada à concepção de que o bem-estar coletivo é resultado máximo do esforço individual, gerou o liberalismo clássico. E, se nessa teoria aparecem argumentos contrários, que justifique a intervenção do Estado, seu pano de fundo tem como cerne a defesa da acumulação de capital. Dessa forma, Smith concebeu que uma sociedade é harmoniosa quando uma “mão invisível” harmoniza os interesses individuais com os interesses sociais. E, ao Estado compete somente não colocar obstáculos ao livre desenvolvimento das forças que promoverão o crescimento econômico da nação (Smith, 1983). Em tal contexto, a atuação do Estado não é muito restrita, pois, cabe a esse impedir que haja um conflito entre as classes, para não prejudicar o desenvolvimento de acumulação de capital (CORAZZA, 1985). Para Corazza (1985), Smith deixa transparecer que o Estado ocupa uma ampla função na economia. Na administração da justiça, por exemplo, o Estado deve combater o corporativismo, não somente no âmbito do comércio, como também, em outras categorias.

Na esfera político econômica, a teoria de Ricardo com base na autorregulação dos mercados, objetiva garantir a não intervenção do Estado na economia, deixando aparentemente pouco espaço para a sua atuação. Assim, seu liberalismo econômico contempla a ação restrita do Estado. Todavia, Corazza (1985) expõe que nessa teoria o Estado não está tão ausente das preocupações de Ricardo, à medida que exerce papel importante nos momentos em que os mecanismos de regulação falham, ameaçando a interrupção do processo de acumulação, através dos obstáculos naturais. É possível apreender que contradições de interesses das classes contidas dentro da sociedade, demonstrem que o funcionamento da economia não é tão harmônico, ao contrário, é conflituoso. Pois, na teoria ricardiana, o benefício não é geral, mas desigual. Em tais condições, o Estado tem espaço para atuar, pois, em seu liberalismo (Ricardo não objetiva particularmente restringir a ação do Estado), mas, tem como princípio fundamental a afirmação e a independência da classe capitalista, com relação aos obstáculos naturais (natureza) e institucionais (conflitos de classes) e com relação à ação de governos perdulários e incompetentes.

Mill analisa especificamente o Estado e atribui a este os papéis que deve desempenhar na economia capitalista, seu pensamento vacila entre a condenação tática do “laissez-faire” doutrinário

e uma profunda cautela com respeito à intervenção estatal. Afirma que uma das questões mais discutidas no seu tempo, em termos de ciência política, é a delimitação das funções do Estado, constatando que estas são muito mais diversificadas do que se pode perceber à primeira vista e, que não há possibilidade de circunscrevê-las com a nitidez que tantos apregoam (MILL, 1983).

3. O Estado de Bem-Estar-Social: pensamento Keynesiano

A teoria econômica de Keynes reflete um momento histórico, em que o sistema capitalista passa por profunda crise. A crise do sistema capitalista é a representação prática para Keynes, do fim de uma teoria que pressupunha uma economia autorregulável, onde os agentes econômicos agiam harmoniosamente, tendendo ao equilíbrio de pleno emprego (KEYNES, 1983). Ele considera o sistema sob uma ótica diferente da visão individual dos economistas que o precederam. Para ele, o sistema é um mecanismo complexo e instável de acumulação de capital que, se entregue a si mesmo ou à mão invisível, se tornaria vítima de suas próprias crises. Keynes, então, concebe o Estado como um mecanismo importante para evitar o colapso do sistema e sua ação girará em torno de dois objetivos: o controle monetário e a socialização dos investimentos.

O controle monetário pelo Estado é importante, na medida em que assegurará a própria organização social capitalista através da manutenção dos fluxos de investimentos. A taxa monetária dos juros pode representar importante obstáculo aos investimentos e expressam a inquietude e incerteza em relação ao futuro, numa economia estável ou em crise, e é no sentido de salvaguardar o próprio sistema, que Keynes (1983) concebe uma ação estatal para controlar a taxa monetária.

Todavia, reconhece a ineficácia dessa medida em períodos de crise do capitalismo, quando a decepção nas expectativas de lucro, acaba por provocar uma retração nos investimentos. E a capacidade do Estado em influenciar com o controle monetário os investimentos privados, leva o autor a formular outra teoria de ação estatal, ou seja, a socialização mais ou menos ampla dos investimentos, que teria a função de garantir, além do pleno emprego, a própria dinâmica da acumulação capitalista. De modo geral, Keynes atribui ao Estado um papel econômico importante no controle monetário, com o objetivo de evitar que as alterações no valor do dinheiro corroam as bases do capitalismo e interfiram no processo produtivo, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações dessa intervenção, na medida em que o Estado não consegue manter a taxa de juros num nível compatível com o pleno emprego. Essa incapacidade relativa do Estado em controlar a taxa de juros e influir sobre a eficiência marginal do capital está ligada ao reduzido poder deste em exercer influência sobre as expectativas. A justificativa de Keynes para a intervenção do Estado na organização direta dos investimentos repousa na incerteza, na falta de garantias, ou até mesmo na incapacidade de que os investimentos privados se mantenham num patamar elevado garantindo o nível de pleno emprego e desenvolvimento da economia.

4. O Estado na Economia Capitalista Neoliberal

O neoliberalismo tem por base um resgate do liberalismo (mas, sob uma nova face de globalização), pregando a mínima intervenção do Estado na Economia. Logo, uma das características claras da teoria neoliberal consiste na defesa de um Estado mínimo, tendo por fundamento a justificativa de que o mercado por si só consiste em um mecanismo de recursos econômicos autossuficientes e que é capaz de sozinho satisfazer as necessidades dos indivíduos. Dessa forma, “no neoliberalismo econômico é acentuado a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador dos empenhos e engenhos, inclusive”. “Nesse imaginário, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça” (MORAES, 2002, p.15). A fundamentação teórica do pensamento neoliberal foi difundida primeiramente pela obra de Friedrich Hayek “O caminho da servidão” (1944). Nessa obra, “Hayek condena toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado; considera o intervencionismo uma ameaça à liberdade, tanto à economia, quanto à política” (PINTO, 1988, p. 26). Mas, o que vem a ser teoricamente esse neoliberalismo? É importante ter em mente que o neoliberalismo possui várias faces, as quais podem ser distribuídas em: Escola Austríaca; Escola de Chicago; e Escola Virginiana. A Escola Austríaca prega, dentre outras idéias, a de naturalismo do mercado, não sendo este previsível. Acreditando que o conhecimento nunca será

suficiente para conjecturar sobre os resultados da ação. A Escola de Chicago é definida epistemologicamente como positivista. Tem como maior representante, Friedman, seguidor de Hayek, e considera que, excetuando-se a matemática e a lógica, a linguagem da ciência deve ser observacional, separando os fatos e os valores. Neste sentido, "os fatos brutos seriam definidores da verdade, e as leis, generalizações da experiência" (TOLEDO, 1997, p. 77). A Escola Virginiana tem como seu representante Buchanan, este se denomina um racionalista construtivista e contratualista. Consiste em um liberal individualista moderado. Elaborou uma crítica sociológica ao Estado de bem-estar, argumentando que os funcionários públicos, considerados como os pressupostos do mercado, buscam somente seus interesses próprios, não reivindicando o bem-estar da maioria da população. Em razão disso, os representantes dessa escola sugerem regras, de como criar instituições que correspondam ao interesse dos grupos de indivíduos.

De modo geral, é possível observar que, as teorias neoliberais pregam efetivamente a não intervenção do poder público na economia, alegando que o mercado se autorregula. Contudo, a realidade que o mundo vive – um contexto de economia globalizada – falar em isenção do Estado no âmbito econômico, torna-se um equívoco. Portanto, tal isenção pode afetar diretamente o desenvolvimento econômico, à medida que atinge diretamente o campo social de um país, principalmente quando se pensa na isenção do Estado frente às políticas sociais.

5. Considerações Finais

Este trabalho procurou dar ênfase no papel do Estado na economia, com a finalidade de investigar e compreender seu papel no campo da economia. A princípio teve-se em mente que, a vida social estava fundamentada e organizada, através das diferentes formas assumidas e pelas diversas maneiras de produção. Logo, compreender a maneira como os homens desenvolveram os meios para garantir a subsistência e o relacionamento resultante desse desenvolvimento é compreender também a origem e a função do Estado na sociedade humana. Assim, desde os seus primórdios, o Estado exerce função específica de conciliar os antagonismos existentes no interior das sociedades, em suas diferentes fases de desenvolvimento. E, as formas assumidas por este durante esse desenvolvimento, corresponderam aos momentos constitutivos do pensamento social. Desse modo, as relações de produção determinam a estrutura, a ação e o próprio caráter do Estado. Conclui-se que, mesmo com o ocultamento ou negação do Estado, tanto o pensamento clássico, liberal e neoliberal, conferem a este uma função importante na garantia de acumulação de capitais. Quanto à pergunta do presente trabalho, qual o verdadeiro papel do Estado na economia? a resposta é que não há exterioridade entre Estado e economia, tanto um como o outro, não são entidades autônomas, sendo que ambos fazem parte de uma realidade social constituída de relações dos homens com o meio, dotadas de suas próprias leis de regulação e reprodução.

Referências Bibliográficas

- CORAZZA, Gentil. **Teoria Econômica e Estado. De Quesnay a Keynes**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1985.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.
- MILL, John Stuart. **Princípios de Economia Política**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.
- MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In. **Revista Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24.
- PINTO, Aparecida Marcianinha. Neoliberalismo: gênese e expansão. In. **Cadernos de apoio ao ensino**. Maringá: UEM, 1988.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: a investigação sobre sua natureza e suas causas** – vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 350 p. (Coleção Os Economistas)
- TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In. LAUREL, Asa Cristina (org.), **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.